

**AÇÕES EDUCATIVAS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: RELATO DE EXPERIÊNCIA****EDUCATIVE ACTIONS FROM THE GENDER PERSPECTIVE: EXPERIENCE REPORT****ACCIONES EDUCATIVAS DESDE LA PERSPECTIVA DE GÉNERO: REPORTE DE EXPERIENCIA***Patrícia Stangherlin Minussi¹, Sandra Beatris Diniz Ebling²***RESUMO**

Objetivo: relatar vivências da prática educativa, a partir de atividade extensionista universitária como forma de cuidado e de promoção à saúde, considerando questões de gênero como forma de subsidiar as ações nesse contexto. **Método:** estudo descritivo, do tipo relato de experiência, pautado em contextualizar as práticas educativas realizadas com mulheres de um bairro da região sul do Brasil. **Resultado:** as atividades educativas proporcionaram às participantes um espaço de diálogo, de troca de experiências, e de produção de novos conhecimentos entre os sujeitos envolvidos. **Conclusão:** faz-se necessário a manutenção da relação entre práticas educativas e extensão universitária, a fim de que se promova permanentemente o fortalecimento do caráter emancipatório dos sujeitos, na perspectiva de cidadãos sociais participativos e autônomos. **Descritores:** Educação em Saúde; Gênero e Saúde; Desenvolvimento da Comunidade.

ABSTRACT

Objective: to report experiences of educational practices from university extension activities as a way of care and health promotion, considering gender issues as a way to support the actions in this context. **Method:** descriptive and experience report-type study, based on the contextualization of educational practices conducted with women of a neighborhood in the southern region of Brazil. **Result:** educational activities provided the participants with a space for dialogue, exchange of experiences, and production of new knowledge between the subjects involved. **Conclusion:** it is necessary to maintain the relationship between educational practices and university extension, in order to constantly promote the strengthening of the emancipatory nature of the subjects, from the perspective of participative and autonomous social citizens. **Descriptors:** Health Education; Gender and Health; Community Development.

RESUMEN

Objetivo: reportar experiencias de la práctica educativa de actividades de extensión universitaria como una forma de atención y promoción de la salud, teniendo en cuenta cuestiones de género como una forma de apoyar las acciones en ese contexto. **Método:** estudio descriptivo del tipo de reporte de experiencia, con base en la contextualización de las prácticas educativas realizadas con mujeres de un barrio de la región sur de Brasil. **Resultado:** las actividades educativas brindaron a los participantes un espacio para el diálogo, el intercambio de experiencias y la producción de nuevos conocimientos entre los sujetos implicados. **Conclusión:** es necesario mantener la relación entre prácticas educativas y extensión universitaria, de manera que se promueva constantemente el fortalecimiento del carácter emancipatorio de los sujetos desde la perspectiva de ciudadanos sociales participativos y autónomos. **Descriptores:** Educación en Salud; Género y Salud; Desarrollo de la Comunidad.

¹Enfermeira, Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Saúde e Enfermagem - GEPSE, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Santiago/RS. Santiago (RS), Brasil. E-mail: patriciasminussi@gmail.com; ²Enfermeira, Professora Mestre em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Santiago/RS. Santiago (RS), Brasil. E-mail: sandra.ebling@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas públicas nacionais, as quais passaram por importantes transformações nas últimas décadas. No início do século XX, a política para assistência à saúde da mulher era fruto do Programa de Saúde Materno Infantil (PSMI). As ações deste programa eram voltadas ao atendimento centralizado nas questões relativas à reprodução e ao ‘binômio mãe filho’, resultando na fragmentação da assistência.¹ Desse modo, o movimento feminista mobilizou-se pelo desejo de novas concepções de saúde referentes à mulher, balizadas para além da interface “reprodução”. Assim, em 1983, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM),¹ que não atingiu os resultados esperados. Em 2004, o programa foi denominado Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Este se integra com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e propõe a incorporação de ações educativas como estratégia de ampliação da assistência à saúde da mulher.²

Apesar de todas as lutas e conquistas ocorridas ao longo dos anos, a mulher continua enfrentando um mundo que ainda é estruturado pela lógica masculina e o conceito de saúde da mulher prossegue abordando enfaticamente aspectos biologicistas. Como resultado, as perspectivas para considerar dimensões como direitos humanos, questões de cidadania e gênero ainda estão muito distantes de tornarem-se realidades.³ Desse modo, fomentar um espaço de convivência entre mulheres no âmbito da extensão é contribuir com a consolidação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a qual, construída a partir da proposta do SUS, se insere na perspectiva de gênero e cidadania. Assim, rompe-se com as concepções das primeiras décadas do século XX, nas quais o papel social da mulher limitava-se a ser mãe e doméstica e, conseqüentemente, a atenção à saúde encontrava-se restrita às ações específicas da maternidade.

Esse contexto aponta para a necessidade dos profissionais da área da saúde, especialmente os profissionais da enfermagem, trabalhar em uma perspectiva de gênero. Desse modo, poderão ser superadas as concepções limitadas de ser humano (reduzindo-o ao aspecto biológico) e de saúde (restringindo-a à simples ausência de doença), desenvolvendo ações educativas como forma de cuidado. Essas ações irão

promover a emancipação dos indivíduos, permitindo a flexibilização das práticas, tornando-as menos alienantes e mais solidárias. Assim, essas práticas abrirão caminhos para que os sujeitos se sintam valorizados e fortalecidos ao integrarem processos educativos mediados pela participação e pela possibilidade de transformação.

As questões de gênero possibilitam uma compreensão aprofundada do ser humano. Elas desmistificam a ênfase ao biologicismo, dirigindo um olhar sobre o sujeito muito além das diferenças sexuais, ou seja, a partir de suas vivências sociais, culturais e linguísticas. Transcende-se assim do “biológico (sexo) para o gênero (social)”.⁴ É mister salientar que “o corpo de uma mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo, contudo, é insuficiente para defini-la como uma mulher”.^{4:190} Isso nos remete a pensar que o aspecto biológico é um critério frágil para a definição de “mulher ou homem”. Essa significação somente se processa através desta mulher-homem na coletividade a partir daquilo que é significado pelo outro no âmbito social. “Isto equivale a dizer, que gênero se constrói-expressa pelas relações sociais”. Portanto, isso implica pensar a inserção das questões de gênero como eixo essencial nas ações voltadas à educação em saúde, bem como nas atividades extensionistas. Isso porque tanto as relações de gênero quanto o processo saúde-doença são determinados histórica e socialmente.

No que tange à extensão universitária, a mesma vem fortalecendo o entendimento que propicia espaço educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa oportunizando encontros e diálogos entre alunos, comunidades e professores. Possibilita-se assim a produção de novos conhecimentos, de caráter emancipador, constituídos a partir do movimento de troca e construção entre o saber científico e popular. “Nesse sentido, entende-se que a extensão possui algumas características potencializadoras de mudanças”.^{5:118}

Sendo assim, a enfermagem tem na ação educativa um de seus principais eixos norteadores. Este se concretiza nos vários cenários de atuação das práticas de enfermagem em âmbito global, sejam elas desenvolvidas em comunidades, serviços de saúde vinculados à atenção básica, escolas e creches, dentre outros locais.⁵

OBJETIVO

- Relatar vivências da prática educativa, a partir de atividade extensionista universitária

como forma de cuidado e de promoção à saúde, considerando questões de gênero como forma de subsidiar ações nesse contexto.

MÉTODO

A proposta educativa parte de uma concepção de educação radical, na qual se considera que a comunidade possui conhecimentos de saúde e desenvolve práticas de cuidado para o enfrentamento de suas necessidades diárias. Configura-se como um instrumento de desenvolvimento da consciência crítica, na medida em que possibilita aos sujeitos oportunidades de refletir sobre suas ações e o meio que os cerca.

Desse modo, o planejamento das atividades norteou-se pelo pensamento freireano, que contribuiu para esclarecer o conceito de educação emancipatória. Este conceito é definido como o processo pelo qual o indivíduo se torna capaz de: estando no mundo, saber-se nele; formar consciência crítica; “distanciar-se” de seu contexto, para admirá-lo e transformá-lo; e comprometer-se consigo, com os demais e com o mundo.⁶

As ações educativas pautaram-se em espaços de escuta, diálogos, reflexões e debates, através de rodas de conversa, oficinas educativas, discussões, confecção de cartazes, músicas, dança, materiais audiovisuais e técnicas de relaxamento. Oportunizou-se a participação contínua e mútua dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, as ações educativas com as mulheres participantes do referido projeto de extensão desenvolveram-se semanalmente com duração de aproximadamente uma hora e meia.

As atividades grupais pressupõem a abordagem construtivista, tendo em vista que o conhecimento deve ser construído através da reflexão crítica de todos os envolvidos, a partir de experiências prévias, saberes próprios e crenças.⁷ Assim, os assuntos abordados nas atividades grupais eram previamente elencados pelas integrantes do grupo. As temáticas trabalhadas com as participantes englobaram questões de gênero, cidadania, violência, sexualidade, câncer de mama e colo uterino. Contudo, neste relato de experiência abordaremos as oficinas de violência, gênero e cidadania.

● A experiência: o projeto de extensão “mulheres em ação pela saúde e cidadania”

As reflexões relacionam-se à experiência vivenciada no projeto de extensão “Mulheres em ação pela saúde e cidadania”. As atividades educativas tiveram seu início de maneira voluntária no ano de 2011,

concretizando-se em 2012 com a aprovação do projeto extensionista. Este proporciona o desenvolvimento de práticas de educação em saúde com mulheres residentes em um bairro da região sul do Brasil.

A criação do projeto teve como principal elemento motivador a necessidade de manutenção de um espaço de integração e troca de conhecimentos entre academia e comunidade. Nesse contexto, o projeto tem como objetivo proporcionar espaços educativos emancipatórios, procurando fomentar o processo de reflexão acerca de questões relacionadas à saúde, gênero e cidadania. Também, objetiva promover práticas educativas que possibilitem a interação entre o conhecimento teórico-científico e o popular através do diálogo e do respeito à realidade de cada sujeito. Possibilita ainda aos acadêmicos envolvidos práticas interdisciplinares capazes de produzir reflexões críticas acerca das questões trabalhadas.

Questões como violência de gênero foram abordadas nas ações educativas, tendo em vista que a área da saúde tem a função de elaborar estratégias de prevenção e de promoção à saúde, “definindo medidas preventivas, em um conceito ampliado de bem estar individual e coletivo”.⁸ Nesse contexto, a enfermagem “pode contribuir colocando-se como mediadora e articuladora de ações com o viés de promoção e educação no que se refere à violência”.^{9:22} Desse modo, a metodologia utilizada para abordar a temática ‘violência’ com as participantes do projeto consistiu-se inicialmente na formação de uma roda de escuta, posterior ao diálogo. Primeiramente foi aberto espaço para que essas mulheres relatassem acerca do conhecimento que tinham sobre o tema, ou simplesmente sobre o que tinham vontade de expor em relação ao mesmo.

Destacamos a relevância do processo de escuta, para que essas mulheres pudessem resgatar suas memórias, relatando situações marcantes em suas trajetórias. Pelo exercício da palavra, do relato de suas experiências, as mulheres passaram a relembrar suas próprias histórias. É relevante salientar que a violência é considerada uma das principais causas de morbidade e mortalidade em todo o mundo, apresentando diversas facetas que afetam de modo diversificado à população. Dessa forma, vem sendo considerada como um problema de saúde pública no mundo e, particularmente, em nosso País.¹⁰ Ao término da oficina sobre ‘violência’ foi possível perceber as mulheres mais preparadas para a identificação, conhecimento das redes de apoio e

enfrentamento da problemática, tendo em vista que o acesso à informação contribui significativamente no processo de reflexão do tema abordado.

Em relação à temática ‘cidadania’, foram oportunizadas às integrantes do grupo várias oficinas manuais. Nesse momento destacaremos a oficina de pintura, pois a mesma foi regada de descobertas quanto às capacidades e habilidades manuais de cada participante e principalmente de realização pessoal. Vale destacar que durante a execução dessa atividade era nítido no olhar de cada participante a felicidade pelo trabalho executado de forma livre e autônoma. Assim, a prática contribuiu para o fortalecimento de vínculos, bem como colaborou para que ao “aprender a pintar”, além de proporcionar oportunidades de renda, também propiciasse espaços de troca de saberes. Germinou assim a ideia de Freire de que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.⁶

Nessa perspectiva, as oficinas simbolizam a temática "cidadania", de forma que o desenvolvimento de habilidades pessoais capacita as pessoas para “aprenderem através da vida”. Desse modo, faz-se necessário intensificar as ações de promoção à saúde, estimulando a autonomia dos indivíduos e profissionais. Consequentemente, em conjunto, poderão compreender a saúde como resultante das condições de vida, propiciando um desenvolvimento social mais igualitário.¹¹ Assim, “é emergente um educar em saúde que supere o modelo tradicional e agregue formas de trabalho, que se possa valorizar o ser humano a partir da realidade em que se insere e do contexto cultural”.^{12:2288}

Logo, podemos afirmar que as práticas educativas atingiram um caráter crítico e buscaram romper com o modelo normatizador da tradicional educação em saúde. As atividades proporcionaram às participantes um movimento permanente de diálogo, de compartilhar experiências, visando à emancipação e aprendizado mútuo e, principalmente, propiciaram espaços de produção de conhecimento entre os sujeitos envolvidos.

CONCLUSÃO

No transcorrer das atividades educativas foi possível perceber a relevância das mesmas para os diversos sujeitos envolvidos. As várias experiências vivenciadas pelas mulheres, discentes e docentes, durante os estudos, planejamento das atividades grupais e encontros, contribuíram significativamente

para a troca e construção de saberes e práticas mais efetivas.

As ações grupais permitiram a compreensão de que todo ser humano é detentor de um determinado conhecimento e não mero receptor de informações. Isso implica no respeito à cultura e, principalmente, na ideia de que saberes científicos e populares se entrelaçam. Possibilita-se assim uma construção compartilhada de conhecimentos e de formas diferenciadas de cuidado a partir desta construção. Nessa perspectiva, as ações educativas buscaram romper com a “prática de educação bancária” denominada por Freire, na qual o educador aparece como indiscutível agente que tem como papel fundamental de “encher” os educandos de conteúdos. Estes conteúdos se apresentam retalhados e desconectados da realidade. Desse modo, as contribuições freirianas foram de extrema importância para que conseguíssemos planejar e executar as atividades grupais de uma forma diferenciada. O respeito à dignidade e autonomia dos envolvidos se fizeram presentes em todos os momentos. Estas atividades tornaram o trabalho grupal em uma prática transformadora, fundamentada em um movimento dialético de reflexão crítica e ação.

Vale salientar que as questões de gênero foram muito significativas durante as atividades. Conforme o Ministério da Saúde, é indispensável a incorporação da perspectiva de gênero no plano de ações, para promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos da mulher. Assim sendo, faz-se necessário a manutenção da relação entre práticas educativas e extensão universitária, a fim de que se promova permanentemente o fortalecimento do caráter emancipatório dos sujeitos na perspectiva de cidadãos sociais participativos e autônomos.

REFERÊNCIAS

1. Brasil, Ministério da Saúde. Cadernos do aluno: saúde da mulher, da criança e do adolescente. 2nd ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

2. Brasil, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

3. Pito LBSA. Políticas públicas de saúde da mulher. In: Fernandes RAQ, Narchi NZ (Org.). Enfermagem e saúde da mulher. São Paulo: Manole; 2007.

4. Saffioti HIB. Rearticulando gênero e classe social. In: Costa AO, Bruschini C. Uma questão

de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992.

5. Acioli S. A prática educativa como expressão do cuidado em Saúde Pública. Rev. Bras Enferm [Internet]. 2008 [cited 2012 Jan 20];61(1):117-21. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n1/19.pdf>

6. Freire P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 27th ed. São Paulo: Paz e Terra; 2004.

7. Moretto VP. Construtivismo: a produção do conhecimento em sala de aula. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

8. Minayo MCS, Souza ER. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências, Saúde [Internet]. 1998 [cited 2012 June 23];4(3):513-31. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06>

9. Budó M de L D, Schimith MD, Silva DC, Silva SO, Rosa, AS, Almeida PB. Percepções sobre a violência no cenário de uma unidade de saúde da família. Cogitare Enferm [Internet]. 2012 [cited 2012 Aug 08];17(1):21-8. Available from:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/viewFile/26370/17563>

10. Penna LHG, Santos NC. Violência contra a mulher. In: Fernandes RAQ, Narchi NZ (Org.). Enfermagem e saúde da mulher. São Paulo: Manole; 2007.

11. Heidmann ITS, Almeida MCP, Boehs AE, Wosny A M, Monticelli M. Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções. Rev Texto e Contexto [Internet]. 2006 [cited 2012 Set 10];2(15):352-8. Available from: www.scielo.br/pdf/tce/v15n2/a20v15n2.pdf

12. Ebling SBD, Falkembach EM, Da Silva MM, Silva SO. Educação popular e educação em saúde: um elo necessário nas práticas de saúde. J Nurs UFPE on line [Internet]. 2012 [cited 2012 Nov 10];6(9):2285-9. Available from:

<http://www.ufep.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/2584>

Submissão: 03/07/2013

Aceito: 17/03/2014

Publicado: 01/05/2014

Correspondência

Patrícia Stanghelin Minussi
Rua Carlos Callegaro, 528 / Centro
CEP 97760-000 – Jaguari (RS), Brasil